



EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA

Ambiente Virtual de Aprendizagem
dos Cursos de Pós-Graduação a Distância da UNILAB
UNIVERSIDADE DE INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
Curso de Especialização em Políticas de Igualdade Racial no Ambiente
Escolar (UNIAFRO)

FRANCISCA ELIANE DA SILVA

AS RELAÇÕES RACIAIS NO ENSINO FUNDAMENTAL

REDENÇÃO
2016

FRANCISCA ELIANE DA SILVA

AS RELAÇÕES RACIAIS NO ENSINO FUNDAMENTAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no curso de Pós – Graduação no Curso de Especialização em Políticas de Igualdade Racial no Ambiente Escolar (UNIAFRO) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira UNILAB como requisito para obtenção do título de especialista.

Professor Orientador: Prof. Carlindo Fausto

REDENÇÃO – CEARÁ
2016

**Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira
Diretoria do Sistema Integrado de Bibliotecas da Unilab (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade - BSCL
Catalogação na fonte**

Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos – CRB-3 / 1219

Silva, Francisca Eliane da.

S578r

As relações raciais no ensino fundamental. / Francisca Eliane da Silva. – Redenção, 2016.

20 f.: il.; 30 cm.

Monografia do Curso de Especialização em Política de Igualdade Racial da Diretoria de Educação a Distância da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

Orientador: Prof. Dr. Carlindo Fausto.

Inclui referências.

1. Discriminação na educação - Brasil. 2. Brasil - Relações raciais. I. Título.

CDD 305.896981

FRANCISCA ELIANE DA SILVA

**AS RELAÇÕES RACIAIS NO ENSINO
FUNDAMENTAL**

Monografia apresentada como pré-requisito para obtenção do grau de Especialista em Políticas de Igualdade Racial no Ambiente Escolar (UNIAFRO)

FRANCISCA ELIANE DA SILVA

Monografia aprovada em 01/Julho/2016

Orientador: Professor Dr. Carlindo Fausto Antônio

Primeiro (a) Examinador (a): Dra. Vera Regina Rodrigues da Silva

Segundo (a) Examinador (a): Professor (a) Francineide Bezerra Goergen

Coordenador do Curso: Dra. Vera Regina Rodrigues da Silva

Redenção
Junho 2016

RESUMO

Com a implementação da Lei 10639/03, as escolas passaram a incluir em seu currículo o ensino da História da África e da cultura Afro brasileira. O aluno negro sofre discriminação antes mesmo de chegar à escola. Na família e na sociedade de um modo geral. Os professores precisam obter o conhecimento necessário para lidar com as relações raciais no ambiente escolar. Para refletir e até mudar conceitos preconceituosos é preciso conhecer as origens da cultura brasileira e sua diversidade, como é formada. Os elementos culturais afro brasileiros devem ser valorizados pela escola naturalmente como outros elementos de outras origens para que o estudante possa compreender a sua importância na formação da cultura brasileira. Assim é imprescindível que os docentes absorvam o conhecimento necessário para mediar os assuntos referente a temática, o conteúdo curricular e as abordagens das relações raciais que surgem no dia a dia. Assim esse trabalho faz uma análise da história do negro no Brasil, desde a chegada da condição de prisioneiros escravizados até os dias atuais, chegando ao cotidiano escolar e destacando o preconceito e a discriminação que permeia a sociedade, sendo também reproduzido no ambiente escolar.

PALAVRAS – CHAVE: Ensino. Relações Raciais. Preconceito. Discriminação.

ABSTRACT

With the implementation of Law 10639/03, schools now include in their curriculum the teaching of African History and Afro Brazilian culture. The black student suffers discrimination before they get to school. In the family and in society in general. Teachers need to obtain the necessary knowledge to deal with race relations in the school environment. To reflect and to change prejudiced concepts you need to know the origins of Brazilian culture and its diversity as it is formed. The african Brazilian cultural elements should be valued by the school naturally as other elements from other sources so that the student can understand its importance in the formation of Brazilian culture. So it is essential that teachers absorb the knowledge to mediate the issues concerning the subject, the curriculum content and approaches of race relations that arise on a daily basis. So this work is an analysis of the history of black people in Brazil since the arrival of the prisoners condition enslaved to the present day, coming to school every day and highlighting the prejudice and discrimination that permeates society, and also played in the school environment.

KEY - WORDS: Education. Race Relations. Preconception. Discrimination.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
CAPÍTULO 1 – O Preconceito e a discriminação.....	08
CAPÍTULO 2 – A Lei 10.639/2013 e as Relações Raciais	13
CAPÍTULO 3 – Heranças Culturais Afro brasileiras.....	16
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	19
REFERÊNCIAS	20

INTRODUÇÃO

Esse trabalho é o resultado de uma análise reflexiva e está fundamentada principalmente nos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), LDB (Lei de Diretrizes e Bases Nacionais), a Lei 10639/03, e outros estudiosos que refletem sobre a temática.

As reflexões apresentam situações do cotidiano escolar destacando assuntos relacionados as discriminações racistas em que o aluno negro brasileiro é vítima, tendo como objetivo, desconstruir os paradigmas preconceituosos que existem na sociedade e chegam até o ambiente escolar.

Redenção é uma cidade que possui um contexto histórico que envolve a escravização do negro no período escravista do país. Os museus existentes que são visitados pelos alunos apresentam a figura do negro escravizado, de forma que reforçam a figura do negro no período colonial e não estabelecendo nenhuma relação com a atualidade. De certa forma o preconceito é fortalecido. Assim esse trabalho busca mostrar a realidade atual da criança negra na escola e na sociedade.

O primeiro capítulo, intitulado “Preconceito e Discriminação”, apresenta reflexões sobre a situação do negro no Brasil, desde a chegada do africano escravizado até os dias de hoje, enfatizando as ideias racistas que permeiam negativamente a sociedade e são reproduzidas na escola. No segundo capítulo, as reflexões acontecem a partir da “Lei 10639/03”, onde apresenta algumas considerações sobre o conhecimento do professor: critério essencial e indispensável para melhor desenvolver a temática em sala de aula.

O terceiro capítulo, que tem como título, “O Ensino e as Relações Raciais, apresenta a necessidade de o professor valorizar os elementos da cultura afro brasileira como parte integrante da formação do povo brasileiro em todos os momentos de reflexão, e a religiosidade como um dos elementos que mais causa polêmica no que se refere à africanidade no Brasil. Isso se dá pelo fato da cultura europeia está internalizada nas gerações desde a colonização. O conhecimento é apresentado sempre como ponto de partida para as discussões reflexivas.

CAPÍTULO 1 – O preconceito e a discriminação.

A miscigenação tem sido discutida e negligenciada ao mesmo tempo. Discutida sim, quando falamos em preconceito, em discriminação, em racismo e também em estratégias para combater tudo isso. E negligenciada na medida em que constatamos que muitas práticas sociais escondem, encobrem e mascaram através de lindos discursos a realidade da exclusão que o negro, o índio e outros ainda sofrem nesse país.

Essas discussões estão a cada dia mais articuladas entre grupos sociais específicos através de movimentos sociais na luta e reivindicação de direitos e lugares na sociedade. O fenômeno da miscigenação vem nos ensinando a sermos mais tolerantes, mais sensíveis e aprendizes a medida que estamos mais constantemente em contato com o outro.

O acontecimento da abolição da escravidão no Brasil, em 1888, não foi em decorrência do desejo do branco em ver o negro liberto mas de ver o país livre da vergonha de ser ainda o único país americano a manter a escravidão. A abolição não foi uma dádiva, e sim uma conquista de negros e abolicionistas. Mesmo com a libertação, o negro liberto passou a ser negro marginalizado. Enquanto os estrangeiros brancos recebiam milhares de hectares de terra, o negro procurava um espaço de sobrevivência no “morro”, pois o governo brasileiro não reconheceu as suas centenas de anos de trabalho prestados não reservando nenhum hectare para esses recém-libertos.

Em sua trajetória, os negros brasileiros têm sofrido diversas formas de calúnias que variam de acordo com o pensamento intelectual da época. O fato é que no Brasil colonial e no Brasil Império, não houve espaço para o negro no imaginário nacional português ou brasileiro. Como país que queria “branco”, o Brasil não economizou esforços para tornar brutos e monstruosos os negros que chegavam da África como escravos e os seus descendentes. O trabalho escravo era civilizado pela disciplina tendo como objetivo render lucros.

No artigo intitulado “o negro no mundo dos brancos”, Florestan Fernandes (1966) reflete sobre algumas atitudes dos brasileiros diante do preconceito de cor. Nessa reflexão, o autor remonta a algumas relações de ordem escravista. Segundo Florestan, a miscigenação correspondia a mecanismos eficazes de absorção do mestiço. Estes eram socializados para serem e agirem como “brancos”, o que eles eram, de fato, social, jurídica e politicamente

falando. Essa ideologia do mestiço que se considera branco está presente hoje em todas as esferas da sociedade brasileira.

Florestan (1966) reflete ainda sobre problemas que surgiriam em outro nível: os negros libertos, mestiços e seus descendentes. No contexto de uma sociedade escravista, estes personagens apareciam associados a oportunidades sociais, o que equivalia a mudança de status, ou seja, a questão consistia, em se identificar e se adequar aos interesses e valores sociais da classe dominante. Foi difundida a imagem do “negro de alma branca” o que significava o negro leal devotado ao seu senhor, a sua família e a ordem social existente. Nenhum “negro” ou “mulato” poderia ter condições de circulação e de mobilidade se não correspondesse a esses critérios. Mesmo correspondendo às semelhanças, os negros não se beneficiavam com os êxitos obtidos, pois eram vistos como imitadores do branco. Quanto ao insucesso, era atribuído diretamente a incapacidade do negro de se igualar ao branco. Tudo isso se constituía em “evidências” que demonstravam que o domínio do negro pelo branco era necessário para que o próprio negro fosse beneficiado. Essa ideologia da imitação ainda se faz presente de maneira bem constante no dia a dia das famílias, na sociedade e se reflete na escola. É comum as comparações feitas pelos pais e que muitas vezes é reproduzida pelos educadores.

A ideia da democracia racial se justificou na afirmativa “o negro teve a oportunidade de ser livre; se não conseguiu igualar-se ao branco, o problema era dele, não do branco”. Essa era a máscara da dura realidade social que a democratização não queria enfrentar. A democracia racial se justificava com a “mais extrema indiferença e falta de solidariedade para com um setor da coletividade que não possuía condições próprias para enfrentar as mudanças acarretadas pela universalização do trabalho livre e da competição” afirma Florestan (1966).

Essa ideologia racial dominante é reproduzida no meio familiar e escolar, apresentando o “mundo dos brancos” a que o negro precisa se adequar. E para que essa adequação aconteça de fato, é preciso competir com o “dono da casa”, o branco. Uma competição injusta visto que o público branco e ou mestiço, mulato ou de cor de pele menos escura dispõe de um grande número de fatores favoráveis enquanto que o público negro dispõe de agravantes que dificultam a sua adequação a sociedade “branca”.

Outro alvo de preconceito e discriminação é a religiosidade afro descendente. Uma diversidade de lideranças locais africanas, reduzidos a escravos e prisioneiros de guerra, entraram no Brasil. Gente que nas lavouras da cana de açúcar, no plantio e colheita do café e, sobretudo nas áreas urbanas pôde prosseguir, embora camufladamente, as suas funções de mediação sagrada. Mesmo sobrepondo-se à religião africana durante o período colonial, o sistema religioso europeu não conseguiu substituí-la. O escravo negro efetuou uma mescla com a tradição católica, integrando-a no seu sistema tradicional africano. Daí a importância do Ensino Religioso nas escolas, não para fortalecer uma religião, mas para fortalecer o direito à individualidade e o respeito à diversidade de crenças, aproveitando a orientação moral e ética existente na essência das confissões religiosas e do consenso comum de todo ser humano, independente de sua fé ou ausência dela.

O Projeto Pedagógico da escola deve contemplar aspectos referentes às relações raciais, a promoção de relações interpessoais respeitáveis e igualitárias entre os agentes sociais que integram o cotidiano na escola, visto que a inexistência das reflexões sobre o racismo, o preconceito e a discriminação raciais nas diversas instituições educacionais contribui para que as diferenças de fenótipo entre negros e brancos sejam entendidas como desigualdade naturais. Além disso, reproduzem e constroem os negros como sinônimos de pessoas inferiores. Este silêncio impede também o desenvolvimento do potencial intelectual de alunos negros impedindo de serem livres dos preconceitos, dos estereótipos, dos estigmas e outros agravantes, ou seja, os professores não podem silenciar diante do crime do racismo no cotidiano escolar.

Compreende-se que a existência do racismo, do preconceito e da discriminação raciais no cotidiano escolar acarreta aos indivíduos negros: auto rejeição, desenvolvimento da baixa auto estima, timidez, pouca participação em sala de aula, ausência do reconhecimento positivo de pertencer a uma raça, dificuldades de aprendizagem e outros fatores que podem buscar a evasão escolar. A diversidade racial é reconhecimento da dignidade de crianças e adolescentes negras e devem ser respeitados pela escola e pelos profissionais de educação em geral. Enfim, o racismo não pode ser silenciado nem ignorado pelos professores. É preciso identificá-los e percebê-los. Os educadores devem promover o respeito mútuo e a possibilidade de se falar sobre as diferenças sem medo, sem receio, sem preconceito e sem discriminação. Uma educação voltada para as relações raciais não só proporciona o bem estar

do ser humano em geral, como também promove a construção saudável da cidadania e da democracia brasileira.

Muitos estudantes negros procuram negar sua identidade ou afastar-se dela uma vez que essa não constitui bons referenciais, ou seja, o aluno não se identifica como “negro” porque a memória do negro da história nacional não é nem um pouco atraente para que possam encontrar identificação para quem eles são hoje em dia. Constitui-se um desafio para os educadores interferirem nas narrativas históricas, mostrando negros alegres, produtivos, criativos, visando à quebra de estereótipos negativos consagrados pela história nacional. Esse é um exercício de cidadania que possibilita uma maior identificação do aluno com a temática. Quando um professor conta novas histórias positivas sobre a negritude, está possibilitando ao aluno construir um sentimento de proximidade com as vivências afro descendentes, não esquecendo que essas aulas devem ser contextualizadas e problematizadas. O objetivo deve ser sempre criar espaços para discutir a situação dos afro descendentes no Brasil atual.

Com a Lei 10.639/2003 uma série de dificuldades está sendo enfrentada pelos educadores: o conhecimento limitado dos conteúdos concernentes à temática e a resistência dos alunos e comunidade escolar em assimilar novas ideias apresentam-se como os maiores desafios a serem enfrentados. Surge a necessidade da formação continuada para os professores, visto que os cursos de licenciatura não contempla a temática das relações raciais no ambiente escolar.

As relações raciais entre os estudantes do ensino fundamental constitui-se um desafio maior, pois o público alvo desse nível de ensino são crianças e adolescentes de 06 a 14 anos que estão iniciando sua trajetória escolar, formando sua base cognitiva, logo são alvos de um prejuízo maior no desempenho escolar. O ciclo de alfabetização que envolve as crianças de 06 a 08 anos é a fase em que as crianças desenvolvem as habilidades de leitura e escrita, requisito indispensável nos anos seguintes de sua escolaridade. Nessa etapa o preconceito e a discriminação entre aluno x aluno e professor x aluno pode significar uma marca profunda no desenvolvimento cognitivo da criança. Nos anos que seguem no ensino fundamental, o não reconhecimento dos potenciais das crianças negras podem leva-los a baixo autoestima, logo a aprendizagem pode ser comprometida diante da suposta inferioridade que lhe é atribuída. É imprescindível que a criança encontre na escola a acolhida necessária para que possa construir sua idade. Paulo Freire destaca a importância da valorização da diversidade cultural dos educandos:

O respeito à autonomia e à dignidade é um imperativo étnico e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros. [...] É preciso deixar claro que a transgressão da etnicidade jamais pode ser vista como virtude, mas como ruptura com a decência. O que quero dizer é o seguinte: que alguém se torne machista, racista, classista, sem lá o que, mas se assuma como transgressor da natureza humana. Não me venha com justificativas genéticas, sociológica ou históricas ou filosóficas para explicar a superioridade da branquitude sobre a negritude, dos homens sobre as mulheres, dos patrões sobre os empregados. Qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar. (FREIRE, 1996. p. 16)

CAPÍTULO 2 – A Lei 10.639/03 e as relações raciais.

A história da abolição da escravatura negra no Brasil, foi retardada ao máximo. Nota-se uma demora ao analisar o processo e encontrar Leis que mostravam a morosidade do governo brasileiro tais como: Lei Euzébio de Queiroz, Lei Sexagenários, Lei do Ventre Livre que aos poucos serviam como paliativos que agradavam ora aos senhores donos de escravos, ora ao governo inglês. Chegaram a ser chamadas de “leis para inglês vê”, pois apenas prorrogavam o fim da escravização no Brasil. Finalmente a “Lei Aurea” que decretou o fim da escravização negra no Brasil.

A Lei Aurea deu liberdade, mas não estabeleceu nenhuma garantia social e econômica pois, os negros então libertos não tiveram acesso a terra, a escola, a igualdade, política, a dignidade humana. Deixaram de serem escravos, mas não foram inseridos na sociedade, nem absorvidos pelo mercado de trabalho, passando a desempenhar apenas as funções rejeitadas pelos brancos, por questões sociais ou pela baixa remuneração. A partir da promulgação dessa Lei, os escravos, tidos como “coisas” sobre as quais seus senhores tinham direito de vida e de morte, passaram a ser expulsos das fazendas, sem ter para onde ir. Como competir com o trabalho dos imigrantes? (VALENTE, p. 30,1994)

No cenário internacional dos meados do século XX, onde havia uma acirrada disputa entre os sistemas políticos, sociais-econômicos, capitalismo e socialismo, foi instituída a ditadura no Brasil, “o regime militar”. Nesse contexto de ditadura toda e qualquer organização política para poder agir dentro da legalidade, tinha que ser autorizada por esse regime, assim a política de luta dos negros mais uma vez seria sufocada.

Nos anos 90, com a volta da democracia, o Movimento Negro passa a tomar novas diretrizes de ação, atuando nos partidos políticos, nas entidades religiosas, nos sindicatos etc. na tentativa de pressionar os governos a dar o país legislações que assegurem maiores direitos aos negros e aos seus descendentes. Há uma pressão do Movimento Negro para a criação de uma legislação no âmbito escolar, que promovesse a valorização da história e cultura afro brasileira o que resultou na Lei 10.639 de 2003, assinada pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva.

A demanda da comunidade afro brasileira por reconhecimento, valorização e afirmação de direitos, no que diz respeito à educação, passou a ser particularmente apoiada com a promulgação da Lei 10.639/2003, que alterou a Lei 9394/1996, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura afro brasileiras e africanas. (PARANÁ, p. 19, 2000)

A partir da implementação da Lei 10.639/2003 surge a necessidade de formação para os profissionais de educação, visto que a temática até então não fazia parte do currículo nacional. Há também a necessidade dos professores despirem-se dos preconceitos, desconstruírem estereótipos preconceituosos e aprofundar suas pesquisas adquirindo um conhecimento mais sólido sobre a temática das relações raciais para melhor desempenhar suas funções no cotidiano escolar.

Quando o assunto é a religiosidade, o professor não precisa professar fé nas religiões de matriz africana, mas devem conhecer suas origens, suas relações com o contexto em que foram praticadas no Brasil, e outros critérios. É essencial e indispensável conhecer para ensinar. Quando se ensinar aquilo que não se conhece, corre-se o risco de ensinar de maneira errônea, o que acarreta prejuízo no processo ensino aprendizagem.

Em primeiro lugar é fundamental formar-se atualizar-se nos temas, e não partir do pouco que se sabe para ocupar um lugar que nunca esteve ocupado. Temos a reponsabilidade de tratar com muito profissionalismo esses conteúdos. (LIMA, 2004, p. 87)

Ao trabalhar com as questões raciais, abre-se um espaço de discussão para assuntos que no ambiente escolar ainda é considerado “tabu”. Os professores devem estar preparados para os conflitos que surgem em decorrência dos conceitos já existentes na escola e na família, pelo senso comum e conceitos criados na mídia.

É imprescindível que os professores se preparem bem para atuar segundo a lei e todas as regulamentações relacionadas. Embora não seja tão fácil, pois a grande maioria dos profissionais da educação não foram educados para as relações étnicos raciais na academia. Mas é preciso adquirir a base fundamental acadêmica para aplicar a lei em sala de aula o que faz necessárias buscas, pesquisas, discursões aprofundamentos para que a mediação de conflitos seja bem sucedida.

Alguns estudiosos da área acreditam que o conteúdo abordado na sala de aula e a forma como acontecia fazia com que os alunos afro descendentes se sentissem mais vitimas da discriminação e do racismo dificultando assim a valorização da própria identidade. Contribuía também para fortalecer a intolerância e desigualdade social já existente. Chegava a ser constrangedor para o estudante afro descendente se identificar como “negro”.

Com a implementação da Lei, o estudante passa a ter uma visão do negro e de sua participação na formação da sociedade brasileira resgatando o respeito as tradições, expressões culturais e sociais e aos costumes dos africanos que consolidaram a identidade nacional. A relação da Lei 10.639/2003 determina e implementação o que foi anteriormente estabelecida pela LDB de 1996 conforme segue:

Art.26 – A Lei Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro – Brasileira.

§ 1º - O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro na área social, econômica e política pertinentes a História do Brasil.

§ 2º - Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira.

Art. 79 – B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.

A Lei nº 10.639/03 alterou a Lei de Diretrizes e Bases (LDB – 9394/1996), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro – Brasileira incluiu também o dia 20 de Novembro como “Dia da Consciência Negra”.

CAPÍTULO 3 – Heranças Culturais afro – brasileiras.

São muitas as contribuições dos africanos para a cultura brasileira em diversos aspectos: religião, culinária, música, danças, idioma etc. A cultura africana chegou ao Brasil com os povos escravizados trazidos da África durante o longo período em que durou o tráfico negreiro. Uma diversidade de etnias que falavam idiomas diferentes com tradições distintas. Suas crenças religiosas deram origem às religiões afro brasileiras. Assim como a indígena, a cultura africana foi suprimida pelos colonizadores. Chegando ao Brasil, os africanos escravizados aprendiam o idioma português e se convertiam ao catolicismo mesmo não sendo considerados cristãos. Isso porque não tinham liberdade para praticar seus cultos e a religião “negra” era vista como “arte do diabo”. Assim acontece o sincretismo com o catolicismo.

A religiosidade africana no Brasil continua a ser discriminada e muitas vezes seus praticantes ter sido considerados como demoníacos, criminosos, loucos: assim têm sido a descrição dos praticantes de religião afro brasileiro no Brasil desde a chegada dos africanos escravizados no Brasil. Embora tenha uma grande população negra, o nosso país se apresenta como país cristão. Os sistemas culturais herdados se mantiveram vivos especialmente nos terreiros, onde a autoridade espiritual e moral está concentrada nas mãos dos “pais” ou “mães de santo”. Esse nome “pai” ou “mãe” significa que os adeptos aceitam uma segunda educação feita pelas mãos de pessoas significativas em suas vidas. Os praticantes das religiões afros são insultados e frequentemente perturbados por algum impedimento, seja esse legal ou não, de praticar livremente seu culto. A trajetória da constituição dessas religiões no Brasil esta marcada por situações em que seus praticantes foram perseguidos e estigmatizados pela sociedade envolvente.

Estudantes que vem de famílias vinculadas aos cultos afro brasileiros, constroem através da educação, extraescolar, muitos significados a respeito dessas práticas, desvencilhando-se dos preconceitos e de ações discriminatórias. Porém os estudantes que não possuem esse conhecimento cultural, rejeitam essas práticas por não absorverem a ideia dos símbolos afro descendentes, não percebendo a mesma no próprio cotidiano: expressões rituais, tradições, alimentos, danças etc.

Quando confrontados com as discussões sobre a temática das relações raciais que envolvem religiosidade, muitos estudantes fazem questionamentos tais como: sou de outra religião, por que preciso conhecer outras? Essas entidades são malignas, porque tenho que saber sobre elas. Essas dúvidas e temores que acompanham os estudantes só podem ser dissipados através do conhecimento, sobre o que significa para os seus praticantes e sobre sua importância para a história do povo negro no Brasil. Mas a obtenção desse conhecimento demanda uma atitude de abertura para com aquilo que é diferente, uma atitude não preconceituosa que evita julgar antes de conhecer.

Falar de religiosidade, significa entrar em um campo em que são colocados frente a frente formas de ver o mundo por vezes radicalmente diferentes. Estão em jogo verdades absolutas pelos que creem nelas, que explicam e dá sentido a própria vida dessas pessoas. Esta crença íntima e profunda, esta forma de explicar e dar sentido ao mundo tida como única e verdadeira, que é a religião, dá pouca abertura a considerar que a verdade e a forma de vê o mundo do outro possa ser tão válida quanto a própria. Isso pode dar origem a intolerância e ao desrespeito religioso. Dessa forma, o professor deve levar o educando a refletir sobre seus valores e ações frente à coletividade. Os PCNs sugerem que os professores estimulem a adoção de “atitudes de respeito pelas diferenças entre pessoas”.

No ambiente escolar quando são abordadas as práticas, representações, simbologias e expressões em torno das relações raciais, as reações costumam ser repressivas. As piadinhas e as represálias variam em graus de violência, sendo reflexo de uma tradição pautada sobre um discurso depreciativo, repressivo e disciplinador que impôs estigmas de marginalidade inferioridade e nocividade as prática transmigradas com as etnias da África. Estes estereótipos foram construídos historicamente e são reforçados ainda hoje, circulando socialmente através das variadas formas de linguagem vinculadas a cultura de massa: filmes, fotografias, músicas e outros.

Embora os livros didáticos já estejam em consonância com a Lei 10639/2003 que torna obrigatório o ensino da África e cultura afro brasileira, ainda há muito que fazer. Não basta ter o conteúdo atrelado ao currículo, para ser abordado em sala de aula. É necessário que professores e alunos internalizem as questões envolvidas. É preciso propor situações onde, conhecendo a história e a cultura do povo negro e mestiço, aluno possa reconstruir seu aprendizado dos costumes e passe então a vê-lo de forma diferente na sociedade.

Um dos principais que devem orientar os temas, os projetos e as atividades pedagógicas em relação à questão do negro na escola é a desconstrução do preconceito racial e a reafirmação de uma autoestima positiva da população negra e mestiça. Ensinar a aprender sobre e na diversidade, propor situações de aprendizagem que sejam desafiadoras e que tragam novos conhecimentos são cuidados que se deve ter quando o que se estuda vem carregado de imagens e crenças baseadas no preconceito e na discriminação. (MEC, 1996, p01)

Os professores, diretores escolares, coordenadores pedagógicos e demais profissionais da educação precisam abraçar o desafio de trabalhar as relações raciais no ambiente escolar desconstruindo a discriminação e o preconceito escolar existente nesse espaço privilegiado que é a escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lei 10639/03 tem contribuído significativamente para o rompimento das práticas discriminatórias e preconceituosas que ocorrem na escola. Entretanto partilha a ideia de que apenas a obrigatoriedade da temática estabelecida nos artigos 26-A e 79-B, não são suficientes para ultrapassar as práticas discriminatórias contra os estudantes negros. Ainda há um longo caminho que precisa ser percorrido para que a escola seja, de fato, um instrumento de afirmação de uma identidade pluricultural.

Faz-se necessário que todos os professores tenham uma formação inicial e ou continuada para que possam obter o conhecimento que é indispensável para desenvolver a temática em sala de aula. Constitui-se um verdadeiro desafio o trabalho pedagógico com a abordagem das relações raciais, visto que os estudantes em grande maioria rejeitam as ideias referentes à africanidade. Mesmo os alunos negros possuem dificuldades em assumir a identidade negra. A história do negro escravizado no Brasil, não é nem um pouco atraente. Também, não pode ser desconsiderada. É uma realidade que deve ser reconhecida, porém faz-se necessário apresentar as heranças deixadas pelo africano com parte da identidade brasileira. Não como uma cultura complementar, mas como integrante da cultura de nosso país. É essencial o reconhecimento da presença dos elementos culturais afros na formação da sociedade brasileira.

A reflexão deve fazer parte da formação dos professores para que possa também está presente no dia-a-dia da escola.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, W. do N – **O problema do negro na História do Brasil** – Volume 1. S.P: 2006
- BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais** – Secretaria de Educação Fundamental.
- BRASIL. Lei 10.639 de 09 de Janeiro de 2003.
- FERNANDES, Florestan. “**O negro no mundo dos brancos**”, São Paulo – Aspectos da Questão Racial – 1966.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: Cartas pedagógicas e outros escritores**. São Paulo: UNESP. 1996
- LIMA, Mônica. “**A África na Sala de aula**”. Fundação Biblioteca Nacional, 2004.
- OLIVEIRA, Iolanda. A formação de profissionais da educação para a diversidade étnico racial In: Muller, Maria Lúcia Rodrigues e Paixão, Lea Pinheiro (orgs.). **Educação diferenças e desigualdades**. Cuiabá: EdUFMT, 2006. p.127-160.
- SANTOS, Ângela Maria. **Vozes e silêncio do cotidiano escolar: as relações raciais entre alunos negros e não negros**. Cuiabá: EdUFMT, 2007.
- SILVA, Hédio. **Discriminação racial nas escolas: entre a lei e as práticas sociais**. Brasília: UNESCO, 2002.
- VALENTE, A. L. E. F. “**Ser negro no Brasil hoje**”. SP. ED. Moderna. 1994.